

Enquanto representantes brasileiros tentam, nos EUA, um acordo com o FMI e os bancos credores para permitir que o futuro governo inicie, com certa tranquilidade, negociações no quadro do Plano Brady, sofre este esquema grandes dificuldades para aplicação no caso do México. Ora, o secretário do Tesouro norte-americano pretendia apresentar o acordo firmado com seu vizinho como um teste bem-sucedido na próxima reunião anual do Fundo Monetário e do Banco Mundial a realizar-se no final do mês em Washington.

Anuncia-se que o governo estadunidense, empenhado na frutificação de tal acordo, estaria concedendo um empréstimo-ponete de 1,5 bilhão de dólares ao país latino-americano diante da demora dos bancos credores em aderir a um pacto assinado sob a pressão da Casa Branca em 23 de julho. Como se sabe, este acordo, o primeiro alcançado no quadro do Plano Brady, ofereceu diversas opções a esses estabelecimentos, que podem, por exemplo, manter o montante dos seus créditos (no total de 54 bilhões de dólares), com o compromisso, todavia, de fornecer, no período de quatro anos, novos recursos em soma

equivalente a 25%, dos seus créditos (7%, em 1989, e 6% nos três outros anos). Podem, também, trocar seus créditos atuais por bônus de saída com duas possibilidades. Numa delas, tal troca se faria com desconto de 35%, por títulos garantidos pelo Tesouro norte-americano (*zero coupon bonds*) com juros anuais equivalentes ao *Libor*, mais um *spread* de 0,8125%; na outra, com as mesmas garantias, os bônus de saída cobririam o atual valor da dívida mexicana, com juros fixos, porém, de 6,25% ao ano. Ambas as opções, na realidade, visam a uma redução de 35% do ônus da dívida externa.

O México, com a ajuda do FMI, do Banco Mundial e do Japão, e utilizando parte de suas reservas, poderia comprar os *zero coupon bonds* norte-americanos, dispondo ainda de margem para garantir, pelo menos durante 18 meses, o pagamento dos juros, uma vez que os títulos dos EUA garantem apenas o principal.

O fato é que o acordo, firmado sob forte pressão do governo norte-americano pelo comitê de assessoramento dos bancos credores, até agora não se concretizou. O que põe o governo mexicano em situação delicada, ficando o próprio secretário do Tesouro nor-

te-americano, Nicholas Brady, um tanto decepcionado diante da resistência dos bancos, o que o impede de mostrar na reunião do FMI o bom funcionamento do seu plano.

As dificuldades são conhecidas: os bancos, sentindo-se forçados pela Casa Branca, demonstram sua má vontade. Poucos estão dispostos a aceitar, diretamente, um desconto de 35%; aos europeus não agradaria fazer operações novas em dólares e ainda menos aceitar os títulos norte-americanos nessa moeda, receando um risco cambial incalculável para papéis só vencíveis em 30 anos...

Os bancos credores apreciaram muito mais o acordo assinado com as Filipinas. Não se sabe, porém, se ele se concretizará antes da reunião do FMI. Nesse acordo, não houve pressão do governo de Washington. Não pesam quaisquer obrigações sobre os bancos credores, que terão de decidir se entram ou não no esquema previsto — que é, aliás, bem mais simples: os bancos concordariam em fornecer *new money* com um *spread* de 0,8125%, provavelmente sob a forma de emissão de *bonds*, de longo prazo, que se-

riam utilizados pelo governo de Manila para recomprar os créditos atuais. Disporia também o governo das Filipinas de uma ajuda de 1,5 bilhão de dólares dos organismos internacionais para efetuar tais compras. É verdade que a dívida com os bancos, no caso desse país, é de apenas sete bilhões de dólares, o que facilita a operação, especialmente levando-se em conta que não existe obrigação, para aqueles, de subcrever os bônus, nem tampouco uma ligação entre o montante da dívida e o valor do *new money*.

O fato é que, se os bancos ficaram satisfeitos com o acordo preliminar, até agora nenhuma operação se concretizou. O secretário do Tesouro norte-americano vai comparecer de mãos vazias à reunião do FMI, podendo-se prever que os países endividados não perderão tal oportunidade para mostrar que o Plano Brady não funciona.

O Brasil está diretamente interessado na evolução desse problema, especialmente neste momento em que o atual governo enfrenta forte oposição interna, acompanhada de pressões para que decreta unilateralmente uma moratória e adote uma posição dura em relação aos credores.